

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º                      /2019.**

**SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 2/2019.**

**OBJETO: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 2.933, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014, QUE “DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – SAAE – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO.**

**RELATOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO.**

### **1. Relatório:**

Trata-se do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 2/2019, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “altera dispositivos da Lei n.º 2.933, de 5 de setembro de 2014, que ‘dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa do Serviço Municipal de Saneamento Básico – Saae – e dá outra providência’”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Professor Diego, por força do r. despacho da Presidente desta Comissão.

### **2. Fundamentação:**

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

Diante disso, dá a presente análise:

A ementa foi alterada para constar reticências indicando omissão da expressão ‘e dá outras providências’, conforme os seguintes dispositivos do Decreto n.º 3.244, de 27/9/2005:

*Art. 3º A lei destinada a promover alteração de redação, acréscimo, revogação, regulamentação ou simplesmente referência, deverá propiciar, em seu enunciado, identificação da respectiva lei alterada, acrescida, revogada, regulamentada ou referenciada, mediante a inscrição do conteúdo da ementa desta, cuja transcrição será empregada entre aspas.*

*Parágrafo único. Havendo necessidade de a lei a que se refere o início do caput estabelecer outras providências além da alteração de redação, acréscimo, revogação ou regulamentação, a expressão correspondente será gravada após a transcrição da ementa feita entre aspas na forma deste artigo, **dispensada, contudo, expressão idêntica, quando assim existir na ementa da lei alterada, acrescida, revogada ou regulamentada, empregando neste caso reticências para indicar a omissão de aludida expressão, a bem de evitar duplicidade e confusão de entendimento.***

Procedeu-se a alteração da expressão “artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município” constante do preâmbulo deste Projeto, para a forma crescente, do particular para o geral “inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município”, por motivo de padronização de leis, apesar de as duas formas estarem corretas.

Vale conferir os apontamentos a seguir:

*Sobre a citação dos dispositivos legais é importante dizer:*

*Os dispositivos legais podem ser citados de duas formas diferentes:*

*1º) na ordem decrescente, ou seja, do geral (artigo) para o particular a que se queira referir (parágrafo, inciso ou alínea). Neste caso, o uso da vírgula é obrigatório. Vejamos o exemplo: art. 25, § 2º, I, a, da Lei 12.016/09. As unidades parágrafo, inciso e alínea estão intercaladas entre o artigo e o número da lei, daí a obrigatoriedade da vírgula;*

*2º) na ordem crescente, ou seja, a partir da referência particular (alínea, inciso ou parágrafo) para o geral (artigo). Neste caso, a preposição “do” impedirá o uso da vírgula. Vejamos: alínea a do inciso II do § 3º do art. 25 da Lei 12.016/09. (Mara Saad – Formada em Letras pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pelo UniCEUB, com especialização em Direito Processual Civil pelo ICAT – Instituto de Cooperação e Assistência Técnica do Centro Universitário do Distrito Federal, hoje*

*UDF. Disponível em: <https://oab.grancursosonline.com.br/o-juridiques-citacao-e-pontuacao-dos-dispositivos-legais/>. Acesso em 12 de abril de 2019.*

Foi acrescentada a palavra *caput* ao artigo 1º deste Projeto para esclarecer que o *caput* do artigo 5º da Lei n.º 2.933, de 5 de setembro de 2014, terá nova redação e seus respectivos incisos foram revogados. Assim, foi acrescentado o artigo 5º para constar tais revogações.

Foi acrescentado o artigo 2º para constar o acréscimo do Anexo I-A na Lei n.º 2.933, de 2014, pois o Anexo I desta Lei permaneceu inalterado e o Anexo I deste projeto refere-se ao valor fixo que substituiu o percentual da gratificação de função, sendo necessário acrescentá-lo entre os Anexos I e II. Por isso o Anexo I deste Projeto acrescentou o Anexo I-A na Lei mencionada acima.

O artigo 2º original foi renumerado artigo 3º.

O artigo 3º foi renumerado artigo 5º e teve nova redação para atender à Emenda n.º 1, aprovada em 27 de maio de 2019.

Foi acrescentado o artigo 4º para contar a alteração do Anexo II da Lei n.º 2.933, de 2014, por meio do Anexo II deste Projeto.

O Anexo I foi alterado para constar o acréscimo do Anexo I-A na Lei n.º 2.933, de 2014, bem como o símbolo FC1, FC2 e FC3 foram renomeados GF1, GF2 e GF3, pois conforme o artigo 1º deste Projeto e o enunciado deste Anexo tais símbolos referem-se à gratificação de função.

O Anexo II foi corrigido para constar os nomes corretos das funções de confiança, pois foi alterado apenas o percentual que passou a ser valor fixo. Sendo assim, não há motivo para alterar os nomes. Além disso, dá para perceber que os nomes estão incompletos, principalmente quando abre parênteses e não os fecha.

Importante ressaltar que todas as alterações realizadas por meio desta Redação Final em nada interferiram no objetivo do Projeto. Apenas houve correções conforme a técnica legislativa.

Sem mais para o momento, passa-se à conclusão.

### **3. Conclusão:**

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Substitutivo n.º 1 ao Projeto de Lei n.º 2, de 2019, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 147 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 7 de junho de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR PROFESSOR DIEGO

Relator Designado

## REDAÇÃO FINAL AO SUBSTITUTIVO N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 2/2019

Altera dispositivos da Lei n.º 2.933, de 5 de setembro de 2014, que “dispõe sobre a reformulação da estrutura administrativa do Serviço Municipal de Saneamento Básico – Saae – ...” e dá outra providência.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município de Unaí, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do artigo 5º da Lei n.º 2.933, de 5 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º O servidor efetivo, quando ocupar cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento deste ou pela remuneração de seu cargo acrescida de gratificação de função fixada no Anexo I-A desta Lei.”* (NR)

Art. 2º Fica acrescentado o Anexo I-A na Lei n.º 2.933, de 2014, em conformidade com o Anexo I desta Lei.

Art. 3º O artigo 6º da Lei n.º 2.933, de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 6º Os servidores efetivos designados para o exercício de função de confiança perceberão a gratificação de acordo com os valores fixados no Anexo II desta Lei.”* (NR)

Art. 4º O Anexo II da Lei n.º 2.933, de 2014, passa a vigorar com a alteração dada pelo Anexo II desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, garantindo seus efeitos a partir de 18 de março de 2019.

Art. 6º Ficam revogados os incisos I e II do artigo 5º da Lei n.º 2.933, de 5 de setembro de 2014.

Unaí, 7 de junho de 2019; 75º da Instalação do Município.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO  
Prefeito

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO  
Secretário Municipal de Governo

ANEXO I A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º DA LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2019.

ANEXO I-A DA LEI N.º 2.933, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO PARA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO  
ORDENADOS POR SÍMBOLOS E VENCIMENTOS

Cargo em Comissão	Símbolo	Valores R\$	Quantitativo
Diretor Geral	GF1	4.197,48	1
Diretor Adjunto	GF2	2.798,31	1
Diretor Jurídico e Assessoramento Superior	GF3	2.798,31	1

ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º DA LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2019.

“ANEXO II A QUE SE REFERE O ARTIGO 6º DA LEI N.º 2.933, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.

*FUNÇÕES DE CONFIANÇA ORDENADAS POR SÍMBOLOS E NÍVEIS DE VENCIMENTOS*

<i>Função de Confiança</i>	<i>Símbolo</i>	<i>Valores R\$</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Coordenador de Controle Interno</i>	<i>FC1</i>	<i>2.098,74</i>	<i>1</i>
<i>Diretor de Departamento</i>	<i>FC2</i>	<i>2.098,74</i>	<i>4</i>
<i>Chefe de Divisão (área operacional)</i>	<i>FC3</i>	<i>1.049,37</i>	<i>8</i>
<i>Chefe de Divisão (área administrativa, contábil, financeira e comercial)</i>	<i>FC4</i>	<i>1.049,37</i>	<i>9</i>
<i>Chefe de Seção (área operacional, administrativa e comercial)</i>	<i>FC5</i>	<i>699,58</i>	<i>5</i>

” (NR)